

## A CITAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO

SONIA APARECIDA LOPES BENITES

“*Suscitar otra voz no es perder la propia*”  
(Graciela Reyes)

### ABSTRACT

Using the opening pages of the **Folha de São Paulo** as an analytical corpus, this paper identifies the pragmatic-discursive role played by the quotations utilized to construct objectivity in the newspaper.

### 1. APRESENTAÇÃO

As imagens segundo as quais todo leitor conduz seus julgamentos são levadas a sua mente, em grande parte, pelo jornal que costuma ler, uma vez que este é capaz de criar, no espírito de seu público, o clima necessário para o efeito que pretende.

A **Folha de S.Paulo**, jornal ora em análise, apesar de afirmar em seu *Novo Manual de Redação* (1992), a intenção de alcançar o máximo de objetividade possível, reflete a presença humana, a participação, o engajamento em algumas causas. Esse engajamento não é, geralmente, assumido com alarde, mas antes insinuado em pequenas notas, através do emprego de certas palavras, ou de determinadas formas de citar. Este último aspecto, o relato do discurso do outro, constitutivo da notícia, é que será aqui abordado.

A produção de notícias, como lembra Marcondes Filho (1986), consiste, em grande medida, numa forma de processamento do texto, já que, frequentemente, o repórter toma conhecimento dos acontecimentos através de outros tipos de discurso, os chamados “textos-fonte”, constituídos por informes de outros meios, mensagens transmitidas por telefax, boletins de imprensa, documentos, publicações, conversações telefônicas, entrevistas, etc. Além disso, os próprios acontecimentos das notícias são, muitas vezes, de natureza textual, tais como declarações de autoridades, debates no Congresso, negociações, cartas, ou outras formas de discurso público envolvendo pessoas, organizações ou países. Evidentemente, em cada fase dessa cadeia textual, os acontecimentos são codificados e recodificados, sendo-lhes incorporadas as cognições de cada locutor ou instituição.

Os relatos de fala aqui mencionados retratam um momento de importância decisiva no desenrolar da história recente do Brasil (março a julho de 1991): o início da divulgação de episódios que culminariam no *impeachment* do presidente da República. Entre outros fatos, o jornal noticiou nesse período: a demissão da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e sua substituição por Márcilio Marques Moreira; o esforço do presidente Collor em conseguir apoio político; o destempero verbal do chefe da nação e sua posterior fase *soft*, caracterizada pela atração para o governo de pessoas de certa respeitabilidade e notoriedade social, por entrevistas nas quais admitia seu temperamento explosivo e por manifestações de ternura e emotividade; e o comprometimento, com fatos como a manutenção do folclórico ministro Magri na pasta do Trabalho e Previdência Social, da imagem de antimaráj construída pelo presidente, durante a campanha eleitoral.

Na verdade, como se pôde comprovar posteriormente, a **Folha** não apenas narrou e comentou os acontecimentos, mas foi responsável, junto a grande parte da imprensa nacional, pelo desfecho que tiveram. Essa realidade levanta a importante questão da imprensa como veículo de ação e influência, não apenas de informação. É também um dado a mais para a sustentação da afirmação sobre a não-neutralidade das citações.

## 2. A CITAÇÃO

As considerações aqui feitas apóiam-se na polifonia de locutores e de enunciadores concebida por Ducrot (1984). Para entendê-la, é preciso lembrar a distinção que o autor faz entre essas duas figuras discursivas. O locutor é o ser apresentado como responsável pelo enunciado; é a ele que se refere o pronome *eu* e as outras marcas de primeira pessoa presentes no discurso. Como ser do discurso, esse locutor difere do sujeito falante, que é um elemento real da experiência, uma representação externa da fala, estranha àquela veiculada pelo enunciado. Por outro lado, o sentido do enunciado pode fazer surgirem vozes não de um locutor, mas de enunciadores, seres dos quais a enunciação expressa o ponto de vista, a posição, a atitude, mas não necessariamente a voz.

A relação entre o enunciador e o locutor é equivalente à relação entre personagem e autor. Em outras palavras, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. E sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou àquele dos enunciadores, tomando-o por representante, seja simplesmente porque escolhe fazê-los aparecer, mesmo sem assimilar-se a tais enunciadores. Portanto, no nível do enunciado, o locutor apresenta uma enunciação pela qual se declara responsável, mas exprime atitudes cuja responsabilidade pode tanto incorporar como refutar.

Por tratar do relato do discurso do outro, da citação enquanto estratégia polifônica utilizada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, este trabalho limita sua abordagem, em princípio, à polifonia de locutores, aquela que resulta da ação de mais de um locutor, da sobreposição de diferentes “*seres do discurso*” numa dada instância de fala.

Convém ressaltar, entretanto, que os dois planos de manifestação polifônica referidos, longe de se oporem, comumente se remontam, já que por trás da voz do locutor podem atuar diversos enunciadores.

Como processo que consiste em “*retirar um material já significante de dentro de um discurso para fazê-lo funcionar dentro de um novo sistema significante*” (Maingueneau 1976:125), como operação que põe em contato dois acontecimentos lingüísticos em um texto, a citação extrapola o corrente conceito de transcrição literal. Dessa forma, colocar um enunciado no interior de outro implica, simultaneamente, manifestar-se a respeito desse enunciado, o que retira da citação a aura de recurso descomprometedor, que lhe é, muitas vezes, ingenuamente, atribuída.

A incorporação das “*cognições de cada locutor ou instituição aos processos de citação*” (Van Dijk, 1989) está presente em grande parte das reportagens noticiosas sobre declarações, acusações ou atos de fala similares. Para o presente trabalho, importa considerar a maneira como se informa sobre tais atos de fala, reveladora da atitude assumida pelo jornalista ou colunista frente a tal discurso.

Uma consideração dessa natureza envolve diretamente a abordagem das variadas funções da citação, nem sempre evidenciadas pelo locutor que cita. Na análise do jornal em pauta, percebe-se que ela pode ser empregada para relacionar o discurso novo a um universo textual maior, servir como signo de convivência, reforçar ou refutar um argumento, dar autenticidade ao discurso citante, ridicularizar a declaração relatada ou seu autor e demonstrar o distanciamento do locutor em relação à fala relatada.

### **3. FUNÇÕES DA CITAÇÃO**

#### **3.1. Citação epígrafe**

A citação que, destacada do corpo do texto, costuma precedê-lo, presta-se, simultaneamente, a orientar a direção em que a leitura deve ser realizada e integrar o texto a um conjunto de enunciados anteriores.

Um caso dessa modalidade de citação pode ser encontrado no artigo, “*Os intelectuais e o socialismo*”, de Leôncio Martins Rodrigues, no qual se analisa a revisão conceptual a que a intelectualidade brasileira vinha submetendo sua atração pelo socialismo, a partir da crise terminal sofrida pelo regime no leste europeu. Segundo o articulista, a classe intelectual havia demorado bem mais do que as demais para reconhecer as imperfeições desse sistema de governo, por razões nitidamente corporativistas. Isso porque, em um regime estatizante, os intelectuais normalmente têm garantida sua participação no poder, uma vez que o recrutamento para a elite dirigente é feito a partir de critérios como a informação e o conhecimento, e não a riqueza e a propriedade, como costuma ocorrer no sistema capitalista.

Para indicar a direção em que deseja que a leitura seja feita, dando destaque aos interesses classistas dos intelectuais, o autor faz preceder ao corpo do artigo uma epígrafe, extraída da obra de Konrad e Szelenyi, que alerta para o problema:

*O autoconhecimento da sociedade nos parece ameaçado de uma crise quando o grupo social que, normalmente, assegura a produção, a manutenção e a transmissão da cultura e das finalidades sociais organiza-se numa classe cuja atividade cognitiva está subordinada a seus próprios interesses de classe.* (G. Konrad e I. Szelenyi, “A marcha dos intelectuais para o poder”, 07/07/91, p.1-3)

### 3.2. Citação de cultura

Por vezes, o locutor cita uma voz que é, ao mesmo tempo, do outro, do próprio locutor, e de ninguém, uma vez que é a voz de todos, reflexo da sabedoria popular. Por remeter ao conjunto de enunciados disponível, reconhecível e quase sempre inquestionável em cada cultura, essa modalidade de citação provoca nos membros do grupo cultural, uma adesão praticamente automática (Maingueneau, 1976).

Como exemplo desse tipo de ocorrência pode-se invocar um trecho que apresenta uma confluência de sentido entre o dito popular e uma declaração da indústria e entre esta e o ponto de vista do jornalista, no que se refere à exploração da expressão pertencente ao folclore nacional “*levar gato por lebre*”, significando “*ser enganado, comprar alguma coisa pensando ser outra*”. A expressão é utilizada em uma matéria contendo depoimentos de industriais que, buscando a informatização de suas fábricas, e em virtude da reserva de mercado que impedia a importação dos equipamentos necessários, viram-se obrigados a adquirir, no mercado nacional, computadores e similares de baixa qualidade e alto preço. A citação é apresentada em manchete e transmite, em poucas palavras e sem conotação discordante, a dimensão do problema, analisado com detalhes no decorrer do texto:

*Computador nacional é “gato por lebre”, reclama indústria.* (23/06/91, p. 1-13)

### 3.3. Citação de autoridade

Tendo em vista imprimir maior credibilidade a seu argumento, o locutor muitas vezes ancora-o na respeitabilidade e na autoridade de um especialista.

Pode-se dizer que esse tipo de citação é o que contém, em maior grau, a ambigüidade inerente ao processo de relatar o discurso alheio, de que trata Maingueneau (1989). Por um lado, serve para o locutor citante ancorar a veracidade de sua afirmação na pessoa do locutor citado, cujo conhecimento de causa é inquestionável. Por outro lado, constitui-se em um recurso utilizado pelo locutor citante para passar-se apenas por retransmissor neutro das palavras de outrem.

Exemplificando essa modalidade de citação, pode-se lembrar a notícia da homenagem à **Folha de S.Paulo**, proposta pelo deputado Carlos Lupi (PDT-RJ), opositorista de Collor, à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Ao noticiar essa homenagem, o Jornal cita palavras do deputado condenando o processo movido pelo presidente contra o Jornal e em defesa da liberdade de imprensa. Dessa forma, o Jornal divulga uma posição que o leitor sabe ser dele, Jornal, mas disfarça esse

comprometimento, recorrendo à voz de uma autoridade com poderes legítimos para agir em defesa da população e de suas instituições.

*De acordo com o deputado, a Lei de Imprensa, na qual se baseia o processo, é uma ameaça à democracia. “Onde a imprensa é cerceada surge o autoritarismo”, declarou. Ele disse que vai propor aos partidos a organização de um fórum para discutir uma nova legislação sobre imprensa. (20/03/91, p.1-8).*

### 3.4. Citação de ironia

Uma das maneiras utilizadas pelo locutor para demonstrar sua discordância em relação a uma fala é citá-la de forma a confirmar seu descrédito na declaração, ridicularizando-a.

Para exemplificar o caráter sarcástico que pode assumir a citação, vale lembrar um artigo da página 1-2, retratando a reação de Gilberto Dimenstein à afirmação feita pelo presidente Collor de que grupos organizados estariam tentando impedir o desenvolvimento do país. Dentro da linha editorial determinada pelo Jornal, o articulista mostra que as acusações do presidente eram infundadas, lembrando que o poder legislativo havia aprovado as Medidas Provisórias decretadas por ele, em sua maioria; os empresários e sindicalistas, “apesar da barulheira”, haviam aceitado as decisões; os governadores, em início de mandato, ainda estavam dóceis; e a justiça só recentemente começara a cobrar dos governantes obediência às leis. Além disso, Collor contara, durante um bom tempo, com o apoio de grande parte da imprensa, que vira nele um “estadista”. Como se sabe, a **Folha de S.Paulo** cedo deixou de se incluir nessa fatia da imprensa, uma vez que entrou em atrito com o presidente, logo no início do seu governo. Dessa forma, só pode ser interpretado como irônico e discordante o atributo tomado da voz geral da imprensa, aspeado pelo jornalista, bem como o verbo enaltecer, empregado no contexto:

*Durante um bom tempo, uma imensa fatia da imprensa enalteceu as qualidades de “estadista” de Collor. (05/05/91, P. 1-2).*

### 3.5. Citação de isenção de responsabilidade

Nesse caso, o locutor citante procura manter um considerável distanciamento em relação à fala citada, de forma a não se envolver e, conseqüentemente, não ser dado como responsável por ela, mas apenas como seu retransmissor. Essa modalidade de citação é encontrada com maior frequência em textos que poderiam vir a ser alvo de uma possível polêmica, da qual o locutor citante deseja preservar-se.

A título de exemplo, pode-se invocar um artigo sobre os pedidos de verbas feitos por políticos ao governo federal, logo após a posse do ministro Marcílio, símbolo da suavização da administração Collor. No artigo, Josias de Souza e Gilberto Dimenstein comentam o descontentamento de governadores que tradicionalmente apoiavam o

governo, face ao tratamento privilegiado dispensado àqueles tidos como oposicionistas, em especial, a Leonel Brizola, do Rio de Janeiro. Premido pela necessidade de conquistar apoio político, Collor negociava, segundo os jornalistas, não apenas verbas, mas também cargos administrativos. É nesse contexto que se situa a declaração do ministro Jarbas Passarinho, coordenador político do governo, segundo quem o governo estaria aberto a pedidos de cargos, ficando, porém, seu atendimento na dependência da qualidade técnica do indicado. Logo a seguir, o ministro emprega eufemisticamente o verbo *asfixiar*, em lugar de silenciar, fazer calar ou de um outro mais particularizador. Os jornalistas locutores, através de aspas, marcam a presença do termo no discurso-fonte, definem o estranhamento que o termo desperta neles próprios, e transferem ao alocutário a responsabilidade pela sua interpretação e pela avaliação de sua adequação.

*De acordo com ele, Collor não vai “asfixiar” os governadores tidos como de oposição, completando os cargos federais com adversários políticos. (26/05/91, p. 1-8).*

### 3.6. Citação de fidelidade

Uma última função da citação presente no Jornal é a de dar autenticidade ao discurso citante. É somente com esse fim que, segundo o *Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (1992:67), se justifica o emprego da Declaração textual: “*conferir credibilidade à Informação*”. Ainda segundo o *Manual*, a forma ou o conteúdo da declaração reproduzida não devem ser comuns, mas necessitam conter certa dose de originalidade, provocando no leitor um estranhamento.

É o caso do relato das palavras do então governador eleito de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho, a respeito de seu antecessor. A Declaração foi feita durante a inauguração de uma usina hidrelétrica, um dos últimos atos de Orestes Quéricia frente ao governo de São Paulo, em que este lançou, informalmente, sua candidatura à presidência da República. A reprodução aspeada da declaração, a título de fidelidade, expõe o leitor diretamente não só àquilo que o governador disse, mas à sua maneira especial de dizer, conquistando efeitos de estranhamento buscados pelo discurso citante e conferindo ao texto maior credibilidade e particularidade informativa do que as que resultariam de uma possível reprodução sintetizada e mais distanciada do relato.

*Sobre o assunto, o governador eleito, Luís Antônio Fleury Filho, disse que depois de amanhã “Quéricia deixa o comando de São Paulo porque não pertence mais aos paulistas, e sim a todos os brasileiros”. (13/03/91, p. 1-5)*

## 4. COMENTÁRIOS FINAIS

Pode-se verificar que os limites entre as diversas funções da citação aqui referidas são frágeis, de modo que o valor dessa classificação reside, principalmente, na

identificação da operação argumentativa que está por trás da incorporação da voz do outro no discurso em pauta.

Além disso, como se viu, as funções da citação interseccionam-se de tal forma que sua apreensão global só é possível através do levantamento de dados verbais do contexto e de indícios da ideologia subjacente ao locutor citante e ao veículo de comunicação.

Assim, embora abranja, prioritariamente, a polifonia de locutores, toda citação permite reconhecer, nas entrelinhas, posições de enunciadores que os locutores citantes prefeririam, muitas vezes, ocultar.

Por fim, observa-se que, pela natureza das funções desempenhadas, as citações podem ser reagrupadas em dois blocos: em um primeiro, caracterizado pela *forma pictórica de citar* (Bakhtin, 1979), o locutor citante concorda com o autor do texto relatado, respeita-o, e sabe que o leitor partilha de seu ponto de vista. Por isso, relata a voz do outro com liberdade, fundindo sua própria voz à do locutor citado. Pertencem a esse grupo as citações que exercem a função de autoridade, epígrafe e cultura.

Já nas citações do segundo grupo, baseado na *forma linear de citar* (Bakhtin, 1979), o locutor citante procura preservar-se, fazendo questão de delimitar a voz do outro, seja pelo desejo de evitar envolver-se em polêmica, seja para preservar o inusitado da fala do outro, seja mesmo por desacreditar no locutor citado. Este grupo inclui os relatos que têm função de isenção de responsabilidade, fidelidade e ironia.

O reconhecimento das funções da citação apresenta-se como valioso recurso na produção textual de profissionais de diversas áreas, especialmente jornalistas e pesquisadores. Da mesma forma, esse reconhecimento contribui para a formação de um leitor mais eficiente, mais crítico, mais desconfiado mesmo, atento não apenas ao que é explicitamente dito mas também àquilo que se diz graças à forma de dizer.

---

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (V. Voloshinov). (1929). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. (Trad. M. Lahud e Y. E. Vieira), Coleção Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1984.
- Jornal **Folha de S.Paulo**, exemplares de domingo e quarta-feira, no período compreendido entre 13/03/91 e 14/07/91.
- MAINGUENEAU, D. **Initiation aux Methodes de l'Analyse du Discours - Problèmes et perspectives**. Paris Hachette, 1976.
- MARCONDES Fº, C. **O Capital da Notícia (jornalismo como produção social de segunda natureza)**. São Paulo: Ática, 1986.
- Novo Manual da Redação. São Paulo: Jornal **Folha de São Paulo**, 1992.